

## **AGROBIODIVERSIDADE E SEMENTES CRIOULAS: AGENCIANDO NOVAS TERRITORIALIDADES RURAIS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DA REGIAO CENTRO SUL DO PARANÁ/BR.**

### ***AGROBIODIVERSITY AND CREOLE SEEDS: AGENTING NEW RURAL TERRITORIALITIES IN TRADITIONAL COMMUNITIES OF THE SOUTH-CENTRAL REGION OR PARANA/BR***

CLEUSI T. BOBATO STADLER

NICOLAS FLORIANI

Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPG-UEPG/BR).

[cleusibobatost@gmail.com](mailto:cleusibobatost@gmail.com); [nicolas@uepg.br](mailto:nicolas@uepg.br)

Recibido: 04/06/2020

Aceptado: 30/08/2020

#### **Resumo**

O presente trabalho discute a produção do conhecimento científico acerca da agrobiodiversidade de territórios tradicionais paranaenses numa perspectiva geo-histórica e cultural, evidenciando as interfaces entre os conceitos de território/territorialidades e as práticas socioculturais patrimoniais. Tem como objetivo principal, compreender como os atores de algumas comunidades rurais tradicionais do Estado Paraná/Brasil (faxinalenses e quilombolas), reproduzem e simbolizam a agrobiodiversidade, dando sentido às suas práticas e memórias. As sementes crioulas são tema de uma ecologia de práticas e saberes, e configuram-se como novos sujeitos de direito por permitir a reprodução das identidades patrimoniais. Através das sementes crioulas, é engendrada uma ecologia de saberes e práticas socioterritoriais, possibilitando às comunidades agenciar suas identidades em redes de atores que buscam construir estratégias de reprodução socioterritoriais alternativas ao desenvolvimento rural. Nesse contexto, a formação de um Banco de Sementes Crioulas representa uma nova estratégia coletiva para a revalorização da agrobiodiversidade, pois organizam e conectam esforços para a territorialização desses saberes patrimoniais materializados em variedades de milho, arroz,

feijão, abóboras, temperos e árvores nativas. Na configuração das territorialidades da convivialidades de comunidades rurais latino-americanas, devemos destacar principalmente a hibridização de práticas de natureza das populações autóctones, como também, o processo colonial dos portugueses e espanhóis, pois todas as heranças são ressignificados e hibridadas frente à múltiplas modalidades que se territorializam e atravessam as comunidades rurais.

**Palavras chave:** Geo-história, Banco de Sementes, Faxinal, Desenvolvimento Rural.

### Abstract

The present work discusses the *scientific knowledge production* about the agrobiodiversity of traditional Paraná territories in a geo-historical and cultural perspective, foregrounding the interfaces between the territory's concepts /territorialities and heritage social-cultural practices. It has as an main aim to understand how the actors of some traditional rural communities in the State of Paraná / Brazil (faxinalenses and quilombolas), reproduce and symbolize agrobiodiversity, giving meaning to their practices and memories. Creole seeds are the of an ecology of practices and knowledge, and they are configured as new subjects of law for allowing the patrimonial identities reproduction. Through creole seeds, an ecology of socio-territorial knowledge and practices are engendered, enabling communities to manage their identities in networks of actors who seek to build socio-territorial reproduction strategies that are an alternative to rural development. In this context, the formation of a Creole Seed Bank represents a new collective strategy for the agrobiodiversity revaluation, as they organize and connect efforts to territorialize this heritage knowledge materialized in varieties of corn, rice, beans, pumpkins, spices and native trees. In the territorialities configuration of the coexistence of Latin American rural communities, we must highlight mainly the hybridization of nature practices of the indigenous populations, as well as the Portuguese and Spanish colonial process, because all inheritances are re-signified in face of the multiple modalities that territorialize and cross rural communities.

**Keywords:** Geo-history, Seed Bank, Faxinal, Rural Development.

## I. INTRODUÇÃO

Este artigo busca delinear alguns aspectos similares da influência da Península Ibérica na formação de duas comunidades tradicionais da Região Centro-Sul do Estado do Paraná, Faxinal Sete Saltos, Ponta Grossa e Quilombola Palmital dos Pretos, Campo Largo, na configuração de sua agrobiodiversidade com as sementes crioulas, como elas reproduzem suas práticas, dinâmicas de trabalho familiar e comunitário, conhecimentos técnicos e tradicionais, que determinam muitos saberes cotidianos patrimoniais e de socialização, estabelecendo uma interlocução entre o conceito de território/territorialidades e a relação com alguns sujeitos/atores que constroem o espaço rural dessas comunidades.

Segundo “Santilli (2012)”, o conceito de agrobiodiversidade é o resultado da interação entre sistemas de cultivo de plantas nativas ou naturalizadas, dos ambientes de convivência, da diversidade humana e cultural. Essa interação entre homem e natureza repercute sobre as políticas de conservação dos ecossistemas

cultivados, de promoção da segurança alimentar e nutricional das populações, de inclusão social e de desenvolvimento rural sustentável.

As espécies nativas e exóticas aclimatadas cultivadas por muitas gerações fazem parte do processo histórico de ocupação de territórios ameríndios de longa duração, constituindo atualmente o patrimônio material e imaterial de agricultores familiares, base alimentar e fonte de matéria-prima para inúmeras atividades, selecionadas e adaptadas para a realidade socioterritorial local.

Utilizando-se da pesquisa etnometodológica (observação participante de práticas cotidianas), enfatizou-se o registro e a interpretação das narrativas (história oral e memória) sobre: a. a construção temporal e espacial de relacionalidades entre coletivos humanos e os coletivos quase-humanos, materializada nas sementes e plantas cultivadas na região centro sul-paranaense; b. o agenciamento, por meio da formação de redes de trocas de sementes, de estratégias socioterritoriais para a reprodução e a visibilização do modo de vida das comunidades rurais tradicionais frente ao projeto modernização do espaço rural.

## II. A MULTIPLICIDADE DO TERRITÓRIO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS

A perspectiva desejada é a discussão em torno do conceito de território em suas múltiplas dimensões (política, econômica, simbólico cultural, etc.), a partir dos conceitos de territórios e territorialidade enquanto construção social, academicamente construídos por Haesbaert (2009) e Saquet (2007), onde se argumenta em favor de uma geografia histórico-crítica,

O território, conforme Dematteis (1970) é uma construção social, com desigualdades (entre *níveis* territoriais, que variam do local ao planetário), com características naturais (clima, solo...) e relações *horizontais* (entre as pessoas, produção, circulação...) e *verticais* (clima, tipos de culturas, distribuição do habitat etc.), isto é, significa uma *complexa* combinação de certas *relações territoriais* (SAQUET, 2007, p. 60).

Se o território é produto do processo de apropriação e domínio social, como defende Saquet (2007, p. 57), “centrado e emanado *na e da* territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades”, é no desenrolar da vida cotidiana das comunidades tradicionais que se concretiza a territorialidade, nas mudanças sociais dos sujeitos na reorganização do território. Se o território está nas relações sócio-espaciais, então pode ser con-

siderado um espaço modificado pelo trabalho, objetivado por relações sociais, de poder e dominação, consolidando as territorialidades a partir das diferentes atividades cotidianas.

Para Raffestin um dos pioneiros na abordagem territorial, todos os atores de uma sociedade produzem território e territorialidades. Apesar de tecer uma análise de base mais econômica e política do território, este reconhece a complementaridade da dimensão cultural. Para ele, o espaço é a base para a formulação do território, ou seja, o espaço existe antes do território, o qual é produzido então pelas relações que os agentes sociais mantêm entre si e com a natureza. O território seria um produto dos atores sociais a partir do espaço pois “Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.143). O território é então um espaço modificado pelo trabalho e por relações de poder, é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas.

Para Saquet, Candiotto e Alves(2010) na medida em que Raffestin concebe o espaço como pré-existente ao território, o autor reduz o entendimento do espaço à natureza-superfície, recursos naturais. Mas também, os autores destacam que o espaço “[...] tem um valor de uso e um valor de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis” (SAQUET; CANDIOTTO; ALVES, 2010, p. 77).

Saquet (2006), também traz a multidimensionalidade da abordagem de Raffestin em relação ao sistema territorial, como fruto das relações entre a dinâmica política, econômica e cultural, que se constitui em ‘malhas’(conjunto de pontos e ligações/conexões entre diferentes agentes sociais), ‘nós’(pontos de encontro de relações sociais) e ‘redes’(ligações entre dois ou mais agentes sociais). “A dimensão de uma malha nunca é - ou quase nunca - aleatória, pois cristaliza todo um conjunto de fatores, dos quais uns são físicos, outros humanos: econômicos, políticos, sociais e/ou culturais” (RAFFESTIN, 1993, p.155).

“Saquet, Candiotto e Alves (2010)”, concluem que território e territorialidade, são imanentes à vida em sociedade. Os elementos e fatores constituintes do território podem ser diferentes de uma sociedade para outra, o que muda e/ou permanece, para cada período e/ou momento e lugar, é o arranjo social, espacial e territorial. O território pode ser analisado a partir das relações de poder, mas também como palco de ligações efetivas e de identidade entre um grupo social com seu espaço, das relações sociais entre sujeitos, e com seu lugar de vida econômica, política e cultural. Neste sentido, nos reportamos às comunidades tradicionais, que associam a construção material do território como abrigo e base

de recursos, com uma profunda identificação que carrega o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura, como fruto da dinâmica socioespacial, concretizado na apropriação social do ambiente, nas ações históricas, no ambiente construído.

Na busca de pertencimento ao território, das territorialidades sintetizadas em redes de trocas de sementes crioulas e os saberes agrícolas patrimoniais associados, vamos construir a concepção territórios enquanto movimento, fluxo e enraizamento com o sentido de pertencimento, uso e (con)vivência entre coletivos humanos e não-humanos e que na atualidade se traduzem em redes. O ir e vir cotidiano das sementes crioulas, as trocas entre as comunidades cria tramas materiais e imateriais do cotidiano social entre sujeitos relacionais.

Estudar as sementes crioulas nas práticas sociais das comunidades tradicionais é estudar os fenômenos e processos do real, do cotidiano, na construção histórica e multiescalar do território. As sementes crioulas abordam a construção social de um território e as práticas sociais com estas sementes constituem as territorialidades dos sujeitos, daqueles que guardam as sementes. Através das diferentes atividades cotidianas com as sementes crioulas, armazenamento, alimentação, religiosidade, técnicas de plantio, se cristalizam as territorialidades dos agricultores no espaço, como produto de práticas e relações sociais das comunidades rurais e destas com agentes das cidades, historicamente condicionado e caracterizado econômica, política e culturalmente, em *tramas* socioespaciais, de acordo com DEMATTEIS (1964). É entender o espaço dessas comunidades, enquanto um produto histórico, uma organização espacial, onde a ação humana modela a superfície da terra.

Na concepção da construção ou controle de um território, sejam pelos indivíduos ou grupos, não podemos deixar de lado sua relação com a própria natureza. As florestas, rios, solos, plantas, sementes, são elementos presentes no território como instrumentos de poder, como defendia Raffestin (1993), mas também são os próprios “atores”, como defende LATOUR(2012)<sup>1</sup>, na ideia de que os atores humanos e não humanos, estão constantemente ligados a uma rede social de

---

<sup>1</sup> A Teoria Ator-Rede apresenta um olhar voltado para as práticas cotidianas a envolver ciência, tecnologia e sociedade. Amarrações de humanos e não-humanos – configurando, um emaranhado de redes que fragmentam qualquer solidez em microconexões ou desconexões. Conforme recomendações do próprio Bruno Latour, a expressão Teoria Ator-Rede será referida pelo seu acrônimo em inglês ANT (*Actor-Network Theory*) – que significa formiga – “[...] um viajante cego, míope, viciado em trabalho, farejador e gregário.” O segredo é definir o ator com base naquilo que ele faz – seus desempenhos (...). Uma vez que, em inglês, a palavra actor (ator) se limita a humanos, utilizamos muitas vezes actant (atuante), termo tomado à semiótica, para incluir não-humanos na definição (LATOUR, 2012, 397p).

elementos (materiais e imateriais). A teoria explica que os atores não humanos e humanos agem mutuamente, interferem e influenciam o comportamento um do outro, com a diferença que o não humano pode ser ajustado pelo humano de acordo com a sua necessidade.

Os conhecimentos que os sujeitos das comunidades rurais tradicionais possuem da natureza e suas biodiversidades resultam de uma eco-história de convivencialidades com uma série de organismos com os quais eles compartilham um espaço comum de existência. Estes sujeitos, ao compartilharem este espaço de convivência, constroem territorialidades da convivencialidade (Floriani, et al, 2016) entre os demais entes (solo, água, relevo, solo, sementes, floresta), materializando-se em paisagens culturais e que hibridizam dimensões materiais e simbólicas capazes de agenciar elementos identitários inscritos no universo da memória, das representações e dos valores. Buscar ler e escutar os fenômenos e processos paisagístico-territoriais implica interpretar e traduzir, “segundo Floriani (2013: 28)”:

[...] de outros sistemas de conhecimento e de práticas socioculturais, em especial com aqueles que possuem uma longa tradição de coexistência de gestão dos recursos naturais e de sua reprodução, em condições tais que não colocam em risco esses recursos nem as formas de organização social e os diversos estilos de vida que emergem dessas interações.

Portanto, trata-se de reconhecer outras narrativas dos grupos sociais rurais, da relação destes com a paisagem-território; uma abertura ao diálogo com outros saberes, em destaque neste trabalho as sementes crioulas, para que estas possam tornar-se uma alternativa à soberania alimentar e desenvolvimento das comunidades rurais.

## **II.1 A propriedade comunal, sua caracterização e similaridades com a Península Ibérica**

De maneira geral os territórios latino-americanos tradicionais têm semelhanças quanto à organização de alguns aspectos socioculturais, como: 1) apropriação da Paisagem: relação de dependência com a natureza, cujas **práticas e uso de ecossistemas ocorrem em um regime coletivo de ativos naturais**; 2) baseado em reciprocidade e comunalidade, uso múltiplo e diversificado dos bens patrimoniais territorializados, dos quais os não-humanos são considerados sujeitos com capacidade volitiva; 3) formas de resistência e adaptação ao processo de territorialização do modo de produção capitalista nas realidades rurais as estratégias políticas para garantir a reprodução das práticas sociais da natureza (acesso, uso

e distribuição dos recursos do território) no interior do grupo e desse com outros atores sociais portadores de diferentes racionalidades (antagônicas ou convergentes). A combinação desses aspectos socioculturais configuram, por assim dizer, entidades paisagísticas territoriais complexas e dinâmicas, animadas pelo ethos (modos de habitar o local com significado) que diferem radicalmente da racionalidade moderna “(Floriani e Barrera-Bassols, 2016)”.

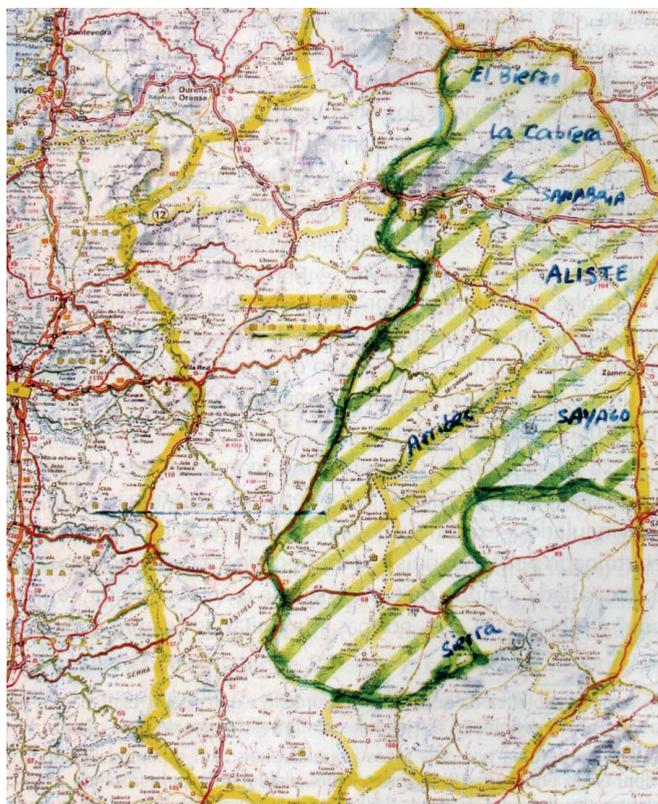
No Brasil, a tradição indígena, dos Guaranis e Kaingang (embora diferentes em seus sistemas políticos, **econômicos e ideológicos**), **apresentaram** influências comuns em cada organização social a ponto de coproduzirem a diversidade biocultural da região da Bacia do Paraná, reproduzida e compartilhada com outras configurações socioespaciais que surgem com as transformações históricas na região. Esses elementos da tradição indígenas, compõem o capital da agrobiodiversidade da bacia do Paraná (com origens na cultura amazônica), herdado pelas populações caboclas da região centro-sul do Paraná, que constituíram mais tarde os territórios faxinalenses.

Na configuração das territorialidades da convivencialidades de comunidades rurais latino-americanas, devemos destacar principalmente a **hibridização de** práticas de natureza das populações autóctones, mas também, o processo colonial dos portugueses e espanhóis como um fator importante, pois na atualidade, todas as heranças são ressignificados e hibridiadas frente à múltiplas modalidades que se territorializam e atravessam as comunidades rurais.

Segundo “Paul Little (2004)”, a instituição de regime coletivo da terra irá marcar a territorialidade das populações tradicionais na América Latina: sendo a prática do uso comum dos bens naturais (terras, florestas e rios) a base organizacional de sua sociedade, e a prática da reciprocidade a sua fusão. É neste contexto que evidenciamos as similaridades da América Latina com a Península Ibérica no que se relaciona a origem do direito de propriedade, uso comum de pastagens, das práticas agropastoris e formas de vida comunitária.

A prática de terras de uso comum foi e ainda é praticada em diversas partes do mundo, como na França, Itália, Colômbia, Portugal, Espanha, Alemanha, Inglaterra, Polônia, Brasil. Essa forma de se relacionarem com a terra vem da necessidade das populações humanas administrarem, de forma produtiva, os recursos escassos, fundamentais para a sobrevivência dos grupos, sendo assim, vários povos adotaram formas de vida comunitária.

Na Península Ibérica, “segundo Nerone (2015, p. 32)”, é mantida essa tradição, e nem mesmo a invasão dos povos indo-europeus modificaram esse tipo de propriedade. (Figura 1).

**Figura 1. Região Fronteiriça: Portugal e Espanha – Terras de Uso Comunal.**

Fonte: GUTIERREZ, 1988, apud, NERONE, 2015, p. 33).

Na Península Ibérica, há evidências de um passado pastoril, pois em determinada época do ano, deslocavam-se grandes rebanhos em buscas de pastos, percorrendo um longo caminho entre Espanha e Portugal, principalmente na região fronteiriça e terras de uso comunal. As etapas da vida sociocultural e as formas comunitárias de aproveitamento pastoril e agrícola de determinados grupos, tornam-se o elemento fundamental na formação das comunidades. Em Portugal, de acordo com estudos de “Taborda (1987, p. 107)” a região do Alto Trás-os-Montes, possuía uma extensão considerável de propriedade comunitária, sendo caracterizada pela média e pequena propriedade. Estando localizada entre vales e montanhas, com solo pouco fértil, foi ocupada por uma comunidade rural que se dedicou a criar gado, suínos e praticava uma agricultura primitiva de subsistência. Essas mesmas características regionais encontramos no Centro-Sul do Estado do Paraná, em sistemas de faxinais e comunidades quilombolas, onde a proprie-

dade passa a ter uso coletivo, com a especificidade de serem terras de criar, que são os bosques, florestas, pastagens, rios, recursos naturais, protegidos por cerca construída pela comunidade.

De acordo com “Nerone (2015, p. 38-39)”, o fundamento do uso da terra no Sistema Faxinal encontra ressonância nos estudos de Bleye acerca das regiões espanholas de Leon e Castilla, o que a caracteriza como uma herança ibérica, pois o:

“[...] enjambre de pequeños y medianos propietarios libres, que Vivian en un régimen colectivista, contituyó al principio casi el total de la población rural de León y Castilla. Los vecinos de las aldeas libres poseían en propiedad privada las casas y tierras de labor, y en común pastos, prados, montes, águas, salinas y molinos”. (BLEYE, 1954, apud ALONSO, 1956, p. 604, apud NERONE, 2015, p. 38).

A relação dessas regiões com o Sistema de Faxinal principalmente quanto à forma de uso da propriedade **é corroborada pela afirmativa de “Gutierrez (1998)”**<sup>2</sup>, de que existe uma estreita relação,

“quanto à origem e implantação das comunidades rurais do sistema comunal no Brasil, ou seja, das comunidades faxinais, com os modelos similares, originários e ainda existentes na Península Ibérica, especificamente na zona fronteira de “*Traz-os-Montes ( NE. Português), Beira (E.-NE. Português) y comarcas occidentales de León, Zamora y Salamanca (en La Comunidad Autónoma de Castilla y León, en España) y Del sur de Orense (Galicia)*” (Apud NERONE, 2015, p. 39)”..

Portanto, de acordo com as evidências, constatamos que o uso de terras comuns no sistema faxinal na Região Centro-Sul do Paraná possui uma herança ibérica, adaptada as especificidades regionais, onde a agrobiodiversidade, dá sentido às práticas e memórias socioespaciais dos sujeitos dessas comunidades. O respeito pela natureza, solo, água, com práticas tradicionais de manejo na agricultura e agrofloresta, permite a essas comunidades manter suas culturas e sua geo-história. A guarda das sementes crioulas como forma de soberania alimentar estão entre esses rearranjos socioterritoriais, bem como, as dinâmicas de trabalho familiar e comunitário, conhecimentos técnicos e tradicionais, as memórias do ‘saber fazer’, que determinam muitos saberes cotidianos e de socialização.

---

<sup>2</sup> NERONE, Maria Magdalena (2015, p. 39). Entrevista feita pela pesquisadora com o professor JUAN PLAZA GUTIERREZ, do Departamento de Geografia da Universidade de Salamanca, Espanha, no dia 20 de julho de 1998.

### III. AS PRÁTICAS E SABERES COM AS SEMENTES CRIOULAS

Sendo a agrobiodiversidade a relação entre a ação das sociedades com as sementes ou plantas cultivadas, a diversidade genética de espécies, podemos incluir as práticas e diversidade agrícola, os sistemas de manejo e conservação de solo (corte, queimada e pousio, também chamados de coivara ou itinerantes) e os sistemas agroflorestais.

São as práticas de manejo, cultivo e seleção de espécies, as responsáveis pela grande diversidade de plantas cultivadas e de agroecossistemas de agricultores tradicionais. Muitos agricultores vêm observando seu espaço, o meio ambiente, a natureza, e de acordo com as transformações, estão inventando e reinventando sua realidade, construindo assim mecanismos para resgatar as sementes crioulas. Dessa forma, muitos retomam práticas agroecológicas, separando variedades mais produtivas, mais saborosas e uso medicinal. Existe um número expressivo de propriedades de base familiar que detêm uma importante variabilidade genética de diversas espécies de alimentos, além de uma agricultura forte e diversificada.

Guardiões de sementes nem sempre o são por iniciativa própria, mas porque trabalham com a agrobiodiversidade e/ou agrofloresta. Possuem sementes crioulas de diferentes espécies e as multiplicam através do tempo. Alguns não se consideram guardiões de sementes, mas acabam desenvolvendo técnicas empíricas de manutenção e distribuição das sementes crioulas, cujas práticas são passadas de geração em geração. Do ponto de vista cultural, a prática da estocagem de sementes fortalece a partilha entre os camponeses, que se unem nas comunidades, rodas de conversas, feiras de sementes ou em dias de festas da igreja, para discutirem, trocarem experiências sobre suas técnicas de produção e principalmente trocarem sementes.

A metodologia utilizada para identificar e contribuir na formação do Banco de Sementes Crioulas e na identificação e registro das práticas constitutivas das comunidades quilombola e faxinalense, compreendeu a identificação dos agricultores guardiões de sementes, envolvendo seu mapeamento, o inventário da agrobiodiversidade com as sementes crioulas existentes em cada comunidade, seu registro e, por fim, a seleção participativa e a reprodução destas sementes, de interesse comunitário. Para ampliação do Banco de Sementes e buscar alternativas para melhoria da agrobiodiversidade foram realizados cursos preparatórios, entrevistas semi-estruturadas e livres para identificar as práticas cotidianas dos agricultores com relação ao modo de vida, tradições, formas de plantio e técnicas utilizadas na agrobiodiversidade. Nestas comunidades foram identificados

12 guardiões de sementes, cinco homens e sete mulheres com idade entre 50 e 70 anos. Com eles foi encontrado um grande número de sementes de feijão e milho, como principais espécies, mas também abóboras, legumes e temperos, o que está relacionado à estratégia de conservação de recursos genéticos básicos para sua alimentação. O perfil desses guardiões é de pessoas experientes, com grande conhecimento das sementes, técnicas de cultivo, solo, época de plantio e instrumentos.

Com os faxinalenses foi possível verificar que viviam dentro do Criadouro Comum, onde a abundância de pinhão sustentava os porcos. Plantavam para comercialização de milho, feijão, abóbora, amendoim, batata e criação de gado, e usavam somente semente crioula - de *paió*. Utilizavam o arado puxado a cavalos e a carpideira. O feijão era plantado junto com o milho para que suas bainhas subissem no milho. Plantavam geralmente em agosto/setembro e colhiam a partir de dezembro. Era para subsistência e trato dos animais, mas o que sobrava vendiam, inclusive para comprar mais terras. No início moiam farinha no monjolo e faziam o fubá de milho. O plantio em suas terras não exigia adubo, pois faziam a queimada e a roça de toco com tração animal e arado de lâmina de metal. A Capoeira se refazia com 8 a 10 anos, por isso havia necessidade de terreno para revezamento. Todos os moradores do Faxinal, faziam o que chamavam de reunião para o trabalho (era o mesmo que puxirão ou mutirão). Na alimentação se destaca a paçoca de farinha, a carne de porco frita na sua própria banha e guardada na “lata de banha”, de onde era tirada a carne para socar no pilão manual com farinha de biju (milho).

A comunidade Quilombola não difere no uso dos recursos naturais baseado no trabalho familiar e nas práticas tradicionais de cultivo da terra. Construía valas para a criação dos animais (no estilo dos faxinais), plantação de milho e feijão, horta comunitária, cercas de taquara, árvores frutíferas. Utilizavam monjolo de pé para fazer bijú, quirera torrada; pilão de madeira, forno de barro. Alguns ainda utilizam o sistema tradicional de malhar(*maia*) o feijão na caixa de vara (coloca-se o feijão na caixa e com uma vara própria vai batendo até o feijão cair todo ele por entre os vãos abertos da caixa). Também em Palmital dos Pretos encontramos a semente de feijão guá (feijão-de-vagem) com mais de 60 anos de cultivo. O plantio é em setembro para colher em janeiro.

Podemos identificar algumas similaridades nas características dos camponeses da Península Ibérica com Faxinal Sete Saltos de Baixo e Palmital dos Pretos: partilha de parte das terras; criação de forma coletiva de animais de pequeno e grande porte; prática de agricultura de subsistência com instrumentos tradicio-

nais; partilha de sementes, produtos por meio de trocas; preservação e respeito das tradições e cultura.

Finalizando podemos destacar os conhecimentos empíricos dos sujeitos das comunidades, as práticas materiais e imateriais com as sementes crioulas, o início do Banco de Sementes, suas práticas e organizações sociais. A preocupação com a conservação destas sementes levou a criação do banco de sementes comunitário, onde estão sendo classificadas e guardadas em um mostruário, disponíveis para o plantio, reprodução em maiores quantidades e trocas com outras comunidades, sendo possível garantir a soberania alimentar e o desenvolvimento rural de muitas gerações futuras.

## REFERÊNCIAS

- BASSOLS, N. B., FLORIANI, N. (Orgs.). (2016). *Saberes, paisagens e territórios rurais da América Latina*, Curitiba, Ed.UFPR.
- FLORIANI, D. (2013). *Crítica da Razão Ambiental: pensamento e ação para a sustentabilidade*, São Paulo, Annablume.
- HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço, território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A. (2009); SPOSITO, E. S. *Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, p. 95-120.
- LITTLE, P.E. (2004). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, p. 251-290. Disponível em: <[http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario\\_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003\\_paullittle.pdf](http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003_paullittle.pdf)> Acesso em: 18 fev. 2020.
- NERONE, M. M. (2015). *Sistema Faxinal: terras de plantar, terras de criar*, Ponta Grossa, Ed. UEPG.
- SANTILLI, J. (2012). A Lei de Sementes brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas locais e tradicionais. “*Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*”, v. 7, n. 2, p. 457-475.
- SAQUET, Marcos Aurélio; CANDIOTTO, Luciano Z. P.; ALVES, Adilson Francelino. Construindo uma concepção reticular e histórica para estudos territoriais. In PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs.). (2010). “*Teorias e Práticas territoriais: análises espaços-temporais*”. São Paulo, Expressão Popular, p. 53-68.
- SAQUET, Marcos A. (2007). *Abordagens e concepções de território*, São Paulo, Expressão Popular.
- TABORDA, V. (1987). *Alto Trás-os-Montes: estudos geográficos*. Lisboa, Livros Horizonte.